

RALPH DELLA CAVA

Milagre em Joazeiro

Tradução

Maria Yedda Linhares

3ª edição



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2014 by Ralph Della Cava

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Miracle at Joaseiro

Capa

Victor Burton

Imagem de capa

Ricardo Cosmo

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Huendel Viana

Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cava, Ralph Della

Milagre em Joaseiro / Ralph Della Cava; tradução Maria Yedda Linhares. — 3ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Título original : Miracle at Joaseiro.

ISBN 978-85-359-2381-0

1. Cícero, Padre, 1844-1934 2. História política 3. História social
4. Juazeiro do Norte (CE) - História I. Título.

13-13-10609

CDD-381.41098142

Índice para catálogo sistemático:

1. Juazeiro do Norte: Ceará: História política e social 981.312

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Apresentação da terceira edição</i>	9
<i>Prefácio à terceira edição</i>	35
<i>Apresentação da primeira edição</i>	39
<i>Prefácio à primeira edição</i>	41
Introdução.....	45
1. As origens sociais do milagre.....	55
2. O conflito eclesialístico	86
3. Um movimento em gestação	112
4. Organiza-se o movimento	134
5. Da religião à política	152
6. Padre Cícero ingressa na política.....	175
7. Joaseiro pede autonomia	197
8. O Cariri quer o poder estadual.....	216
9. Joaseiro no plano nacional	255
10. O Patriarca e a Igreja.....	283
11. Os últimos dias.....	305

Apêndice.....	329
<i>Abreviações</i>	353
<i>Notas</i>	355
<i>Referências bibliográficas</i>	465
<i>Créditos das imagens</i>	481
<i>Índice remissivo</i>	483

1. As origens sociais do milagre

A CHEGADA DE UM VISIONÁRIO

Em 11 de abril de 1872, chegava a Joaseiro, lugarejo de população reduzida, um sacerdote recém-ordenado, padre Cícero Romão Batista.¹ Nesse dia, rezou a missa na rústica capela de Nossa Senhora das Dores, um modesto santuário rural, único marco que se destacava nesse longínquo distrito dos confins nordestinos do próspero município do Crato. No decorrer daquele mesmo dia, o jovem padre, de pequena estatura, cabelos escuros e pele clara, continuou a ouvir em confissão os moradores da localidade e a ministrar-lhes os sacramentos. Nada no seu comportamento nem no exercício de seus deveres sacerdotais indicava que, na capela de Nossa Senhora das Dores, menos de dois decênios mais tarde, viria ele a ser o protagonista de um milagre.²

Em abril de 1872, havia motivos para se acreditar que aquela primeira visita do sacerdote a Joaseiro deveria ser a última. Foi com relutância que ele se dispusera a vir da cidade vizinha do Crato, sede do município, em três horas de marcha a cavalo, arte

para a qual jamais demonstrou ter inclinação. Viera apenas para satisfazer o desejo de dois dos mais ilustres cidadãos de Joaseiro, aos quais prometera passar alguns dias na localidade que, havia muito tempo, estava sem sacerdote residente.³ Por outro lado, não tinha aquele padre de 28 anos qualquer intenção de aceitar o cargo de capelão, que estava vago e que lhe era oferecido por seus eminentes anfitriões, embora lhe garantisse moradia adequada e emolumentos seguros em troca de seus serviços sacerdotais. Muito pelo contrário, esperava padre Cícero partir em breve rumo a Fortaleza, a distante capital litorânea do Ceará. Para lá, às margens do Atlântico, no Seminário Diocesano, onde fora ordenado em 1870, planejava regressar como professor. Padre Cícero tentava deixar o povoado sob o pretexto de visitar sua mãe, que residia no Crato, e viajar direto para Fortaleza, antes que sua saída definitiva da região viesse a ser descoberta.

Um sonho, entretanto, veio alterar, de súbito, seus planos.⁴ Certa vez, ao anoitecer de um dia exaustivo, após ter passado horas a fio a confessar os homens do arraial, atravessou pesadamente o pátio da capela em direção ao prédio da pequenina escola onde estava provisoriamente alojado. Aí, no quarto contíguo à sala de aulas, caiu no sono e a visão fatal se revelou: treze homens em vestes bíblicas entraram na escola e sentaram-se em volta da mesa do professor, numa disposição que lembrava o quadro *A última ceia*, de Leonardo da Vinci. O padre sonhou, então, que acordava e se levantava para espiar os visitantes sagrados, sem que estes o vissem. Nesse momento, os doze apóstolos viraram-se para olhar o Mestre. De acordo com o relato desse sonho, Cristo apareceu na escola tal como no retrato litúrgico popular do século XIX, que se encontrava em quase todos os lares piedosos da época. Nesse quadro, o coração do Nazareno, visivelmente exposto, está representado de maneira simbólica como se incendiado de amor pelos homens e, ao mesmo tempo, despedaçado e san-

grando por causa das feridas infligidas pelos pecados da humanidade e pela indiferença à fé. Conhecido pelo nome de Sagrado Coração de Jesus, era esse quadro, naquele tempo, objeto de grande devoção religiosa e popular na Europa, sobretudo na França, e no Brasil, devoção essa que assegurava a seus fiéis praticantes a salvação, quer das chamas eternas do inferno, quer das intermináveis adversidades terrenas.⁵

No momento em que o Cristo imaginário levantava-se para dirigir a palavra a seus apóstolos, um bando de camponeses miseráveis entrou, de repente, na escola. Carregando seus parcos pertences em pequenas trouxas sobre os ombros, estavam os homens e as mulheres vestidos de farrapos, e as crianças nem isso tinham. Davam a impressão de vir de muito longe, de todos os recantos dos sertões nordestinos. Cristo, então, virou-se para eles e falou, lamentando a ruindade do mundo e as inumeráveis ofensas da humanidade ao Sacratíssimo Coração. Prometeu fazer um último esforço “para salvar o mundo”, mas, caso os homens não se arrependessem depressa, poria fim ao mundo que Ele mesmo havia criado. Naquele momento, apontou para os pobres e, voltando-se de repente para o jovem sacerdote estarrecido, ordenou: “E você, padre Cícero, tome conta deles”.

“Com essa ordem”, contou o padre a um amigo anos depois, “acordei e não vi mais nada; mas pensei um pouco e decidi, mesmo se estivesse errado, a obedecer”.⁶ Meses depois, naquele mesmo ano, padre Cícero juntou os poucos bens que tinha no Crato e mudou-se para Joazeiro, trazendo a mãe e as duas irmãs solteironas. Instalou-se numa pequena casa coberta de palha, defronte à capela de Nossa Senhora das Dores, e começou sua vida de sacerdócio entre os pobres que lhe haviam sido confiados por Cristo no sonho predestinado.

Não foi essa a primeira nem seria a última “visão” do clérigo. Em 1862, seu pai tinha sido vitimado por uma epidemia regional

de cólera. Pouco tempo depois, apareceu em sonho a seu filho, para obter-lhe a garantia de que “não abandonaria os seus livros, pois Deus daria o jeito para fazê-lo prosseguir os seus estudos”.⁷ Quando o estudante relatou este episódio a seu padrinho, um rico comerciante do Crato, este não teve dúvidas em auxiliar o afilhado a seguir a vocação religiosa; em 1865, partia o jovem Cícero para estudar no Seminário de Fortaleza. Anos depois, ocorreram “outras visões”, e em todas elas se discernia o mesmo padrão: figuras de indubitável autoridade apareciam para decretar e garantir ao piedoso clérigo seu futuro rumo de ação. O padre nunca se mostrou avesso em revelar tais experiências aos amigos e parentes, que, como ele, movidos pela mesma devoção e ingenuidade, chegaram a reverenciá-lo como um homem de singular e indelével vocação para a santidade. Nada mais tentador, pois, do que afirmar que as qualidades extraordinárias de padre Cícero e a profunda impressão que elas causavam em seus próximos eram suficientes para “explicar” o milagre que ocorreria em 1889. Tomá-lo como tal é ignorar, entretanto, as profundas raízes sociais das quais brotariam, mais tarde, tanto uma crença coletiva num milagre quanto um dos movimentos religiosos-populares mais extraordinários da história do Nordeste brasileiro.

O VALE DO CARIRI

O movimento de Joaseiro surgiu no Vale do Cariri, que se situa na extremidade sul do atual estado do Ceará e foi povoado, no primeiro quartel do século XVIII, por criadores de gado provenientes da Bahia e de Pernambuco, atraídos que eram pelas terras férteis e pelas fontes perenes de água.⁸ Graças a esses recursos naturais, constituía o Vale do Cariri um verdadeiro oásis cercado por todos os lados de infinitas extensões de terras planas, que

eram assoladas ciclicamente pelas secas e quase nada produziam. Devido, ainda, aos recursos do vale, veio a agricultura, em especial a cana-de-açúcar, a predominar sobre as atividades pastoris. Pelo final do século XVIII, grande parte dos rebanhos tinha sido forçada a emigrar em direção ao norte, para uma zona menos fértil do vale e, também, rumo ao leste e ao sul, além da imponente Chapada do Araripe, penetrando nas terras ressecadas, de mato ralo, dos estados vizinhos da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí. Foi, igualmente, no final do século XVIII que a cidade do Crato, onde nasceu padre Cícero, em 1844, surgiu como a mais populosa e o centro mais importante do vale, recebendo a denominação de “Pérola do Cariri”. Comandando um dos melhores solos da região, o Crato tornou-se o principal produtor e, por conseguinte, fornecedor de excedentes de alimentos para o sertão árido. Transformou-se, cada vez mais, no eixo das atividades comerciais do vale. Como centro mais importante de distribuição no interior de manufaturas europeias importadas, suas elites agrárias e mercantis ligaram-se, ipso facto, mais estreitamente com Recife, principal porto atlântico do Nordeste e florescente capital da era colonial, do que com Fortaleza, insignificante sede administrativa portuguesa da capitania geral do Ceará.⁹

Os laços com Recife foram de importância política crucial durante o primeiro quartel do século XIX. A cidade-porto era o foco de fermentação de movimentos nacionalistas e separatistas cujas ideologias e cujos programas políticos foram introduzidos no Vale do Cariri por muitos cratenses ilustres. Assim, tornou-se o Crato um centro de exércitos patrióticos que, no Ceará, buscavam a independência, após uma luta árdua contra os antigos senhores portugueses de Fortaleza e Icó, os outros dois únicos centros cearenses importantes, em população e riqueza, naquele tempo.¹⁰



A vitória alcançada pelo Crato sobre os realistas, entretanto, não garantiu para o vale a almejada hegemonia política, no âmbito da província, nem acréscimos regionais. Os líderes políticos da região eram demasiado radicais e, logo, caíram em desgraça com os conservadores que dominavam cada vez mais a estrutura de poder, altamente centralizada, do Império brasileiro recém-independente. Mais importantes para o relativo declínio do vale no conjunto do Ceará, entre 1824 e 1850, foram, no entanto, os reve-

ses econômicos que marcaram o pós-independência. O Cariri, por exemplo, ainda não tinha produtos, como o algodão, de que a Europa então carecia e os quais comprava mais barato das regiões litorâneas do Ceará, que começavam a ser cultivadas e ficavam mais perto. Fortaleza, que fora uma modorrenta capital do tempo da Colônia, começava a conhecer um relativo adiantamento econômico. Outrossim, de 1824 a 1850, não apresentavam melhoria as comunicações entre o Cariri e o litoral, enquanto secas locais disseminadas por toda parte, em 1825 e 1845, foram muito graves, chegando a provocar o surgimento do banditismo generalizado e a acarretar a ruína até da economia do vale. Lutas políticas locais também contribuíram para desviar a região de suas aspirações anteriores de dominação sobre a recém-independente província do Ceará, voltando-se, então, o Cariri sobre si mesmo.¹¹

Também no Cariri, como em quase todo o resto do Brasil, nos anos que antecederam a década de 1860, estava o catolicismo ortodoxo em estado de decomposição. O número de padres era inadequado, e grassava a imoralidade clerical. George Gardner, viajante inglês que visitou o Crato em 1838, ficou chocado com o número de padres que tinham amantes e filhos ilegítimos, os quais eram exibidos, sem pudor, em público. Até as igrejas, os santuários e os cemitérios careciam de reparos materiais; e o costume imperial de realizar eleições no recinto das igrejas acarretava, muitas vezes, profanação e destruição daqueles locais, na medida em que os inimigos políticos armados se digladiavam dentro dos santuários em dias de eleições.¹²

Assim, deteriorava-se a vida religiosa coletiva do vale. As classes baixas tinham apenas contatos marginais com a Igreja oficial, limitados, via de regra, às festas dos dias santificados e aos feriados importantes, quando se realizavam procissões solenes e comemorações sociais nos centros urbanos. Rara era a participação nas liturgias sacramentais; até o batismo e o matrimônio

eram negligenciados, em virtude de serem pouco frequentes as visitas dos escassos sacerdotes às zonas rurais ou, então, porque os honorários clericais estavam acima do alcance dos pobres. Apenas as missões ocasionais, normalmente pregadas por padres estrangeiros — no caso do Cariri, quase sempre capuchinhos italianos —, levavam a religião às classes baixas na escala social. Mas a ênfase que os missionários emprestavam à ira de Deus e à perdição iminente do homem por causa do pecado contribuía para gerar um emaranhado de crenças supersticiosas. Os pobres chegavam a acreditar que os frades brancos, europeus — considerados racial e intelectualmente superiores —, eram homens de excepcional santidade, dotados do dom da profecia. Assim foi com o capuchinho italiano frei Vitale de Frascarolo, que pregou no Cariri no princípio do século XIX.¹³ Depois de sua morte, foi-lhe atribuída uma profecia sobre a destruição do mundo; circularam textos impressos dessa profecia por todo o Nordeste, durante quase um século, e tanto os ricos como os pobres acreditavam em sua mensagem.

Em nítido contraste com o catolicismo ortodoxo, predominavam em ambas as classes práticas paralitúrgicas e credices populares. Sobretudo entre os pobres, eram as credices o meio mais eficaz para coibir a dureza e as adversidades da vida.¹⁴ Era comum que se fizessem promessas aos santos na esperança de obter saúde, felicidade, fortuna, enquanto, entre os trabalhadores rurais, o plantio era precedido de preces, numa tentativa de afastar os maus espíritos, aos quais invariavelmente se atribuíam as más colheitas. Até nas elites do Cariri, uma maneira de agir mística e supersticiosa era algo corriqueiro para se conseguir melhoria material. Assim se fazia, sobretudo, nas épocas de seca. Os padres, que, no Cariri até os anos 1850, eram talvez os únicos a receber e dar educação formal, achavam que as secas cíclicas e devastadoras eram um castigo divino para com um povo peca-

dor. Assim, padres e proprietários de terra praticavam uma liturgia antiga e complexa, carregando as imagens dos santos padroeiros das paróquias, em procissão, e implorando chuva a Deus, por sua intercessão. Novenas e outras práticas litúrgicas populares eram também correntes, com o intuito de sanar os males do mundo — mundo esse que, até meados da década de 1850, era, no tocante ao Vale do Cariri, dissoluto e anárquico.

A ERA DO RENASCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO

Entre aproximadamente 1855 e 1865, anunciava-se para o Cariri uma era de renascimento e mudança.¹⁵ As estruturas que começavam a tomar forma durante esse período vieram a produzir o contexto dentro do qual se desenvolveria o movimento de Joazeiro. Muitas dessas transformações resultaram de reviravoltas econômicas e demográficas em vários estados nordestinos. Centros urbanos em expansão, tais como Fortaleza e Recife, assim como cidades menores do interior, aumentavam, cada vez mais, a demanda de alimentos baratos. A crescente necessidade europeia de matérias-primas, nos anos 1860, principalmente o algodão, transformava, aos poucos, da subsistência para a produção comercial exportadora, as economias de muitas zonas do interior.

O impacto dessas mudanças foi importante no Cariri, em especial no Crato, onde a revitalização econômica, política e religiosa era mais sensível. Expandia-se com rapidez a agricultura, sobretudo a produção de cana-de-açúcar, em todas as terras disponíveis dentro do município. Em 1854, os produtores de açúcar do Crato obtiveram uma vitória decisiva sobre os últimos remanescentes dos fazendeiros de gado, pois uma lei municipal protecionista obrigava os criadores a transferir seus rebanhos para além dos campos férteis.¹⁶ No município vizinho de Barbalha, a

cana-de-açúcar também florescia. Crato e Barbalha, juntos, possuíam a maioria dos duzentos engenhos de açúcar do vale, o que representava um aumento considerável sobre os 37 de que este era dotado um século antes.¹⁷ O principal produto da região não era o açúcar granulado, mas a rapadura, um bloco retangular de açúcar mascavo, bruto, que ainda é um dos componentes mais importantes da dieta das classes baixas. Ontem como hoje, ela tem sido exportada para as regiões áridas dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, constituindo-se num fator que explica os fortes laços políticos que ligam essas regiões ao Cariri. Na década de 1860, também foi o algodão cultivado em algumas partes do vale, destinado à exportação estrangeira. Fibras mais baratas de algodão eram consumidas internamente por pequenas unidades produtoras caseiras, incipientes e de curta duração, voltadas para a manufatura de panos baratos que se destinavam aos mercados locais.¹⁸ Mas o auge do algodão, por mais importante que possa ter sido para o vale, pouco durou; com o fim da guerra civil nos Estados Unidos, a Europa reduziu suas importações do Nordeste brasileiro, as quais só foram retomadas na década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial.

O açúcar e o engenho foram os principais responsáveis pela formação da hierarquia social do vale.¹⁹ No seu ápice achavam-se os fazendeiros de cana, que gozavam de indiscutível preeminência política e social até o fim do século XIX. Muito abaixo deles, com a única exceção dos profissionais liberais intermediários, situava-se uma força de trabalho subserviente. Ao contrário, porém, da costa pernambucana, voltada para a exportação de açúcar, a força de trabalho do Cariri não era constituída de escravos. Os braços da região empregados no campo eram nominalmente livres, e, do ponto de vista racial, quase sempre mestiços e não de origem africana. Viviam, contudo, no limite mais baixo da subsistência e eram, de fato, ligados em caráter permanente à terra dos

produtores de açúcar, como bem indica a palavra usada para denominar esses trabalhadores: “agregados”. As tarefas dos agregados não se limitavam à produção. Em tempos de rivalidade entre os proprietários de terra, aos trabalhadores da fazenda eram entregues armas para que defendessem com lealdade os interesses de seus patrões. Poucas vezes ocorreu uma rebelião contra o patrão, pois os laços sociais e religiosos, representados pelo compadrio e pela afilhadagem, ligavam entre si proprietário e trabalhador, numa rede de relações e obrigações mútuas.²⁰

Um surto comercial verificou-se igualmente no Cariri, na década de 1850.²¹ No Crato, a chegada de comerciantes e de capital novo foi uma decorrência do declínio geral da cidade comercial de Icó, que já havia sido próspera. A presença de capitalistas icoenses, como o velho Antônio Luís Alves Pequeno, cujo filho do mesmo nome era padrinho de crisma de padre Cícero e financiador de sua educação no seminário, causou um impacto imediato no Crato. Com sua chegada, abriram-se as primeiras grandes lojas da cidade, assim como as primeiras farmácias permanentes do vale. Pouco depois, foram construídos os primeiros sobrados (casas de dois andares, de luxo relativo), em geral por comerciantes mais ricos. Embora os comerciantes levassem meio século para adquirir poder político compatível com sua riqueza, e mesmo assim, via de regra, só com o apoio dos fazendeiros, estimularam a demanda de serviços municipais mais amplos, como melhores transportes, serviços médicos e, sobretudo, escolas. Sua presença na cidade atraiu coletores, advogados e até jornalistas. Membros do quarto poder desceram até o Crato, em 1855, onde foi fundado o semanário *O Araripe*, o primeiro jornal regional, destinado a prosperar durante mais de dez anos.²²

O progresso em meados do século reavivou a contida ambição política do vale. A corte imperial conservadora, entretanto, bloqueou momentaneamente a esperança de vir o Crato a controlar a

sede da autoridade provincial em Fortaleza. Em 1856, os líderes políticos cratenses iniciaram uma campanha em prol da autonomia política dentro do Império.²³ Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal do Crato propôs ao governo imperial e à Câmara Provincial um plano de criação de uma nova província, a dos Cariris Novos. Aspirava o Crato poder, assim, alargar sua autoridade de modo a compreender não apenas todo o sul do Ceará como também as áreas vizinhas do Piauí, da Paraíba e de Pernambuco, onde os interesses econômicos cratenses tinham se entrincheirado fortemente. O plano fracassou, apesar do acolhimento que teve no Rio de Janeiro. Durante os cem anos seguintes, foram apresentadas várias propostas de autonomia, quase sempre artifícios táticos que permitissem negociar, de modo mais eficaz, com as estruturas existentes, na obtenção de vantagens regionais.²⁴ De fato, a visão de um Cariri maior não morreu facilmente; no princípio do século xx, coube a padre Cícero reavivar a chama desse objetivo, se bem que suas razões tenham sido menos políticas do que religiosas.

O RENASCIMENTO RELIGIOSO DO VALE: PADRE MESTRE IBIAPINA

Não surpreende que a vida religiosa do vale tenha sido revitalizada em meados do século. As transformações mais importantes nas estruturas religiosas do Cariri ocorreram na década de 1860 e foram devidas, sobretudo, aos esforços de uma das personalidades mais conhecidas do Nordeste, o ardoroso missionário, nascido no Ceará, padre Mestre Ibiapina.²⁵ Nasceu José Antônio Pereira Ibiapina perto de Sobral, em 1806. Estudou direito em Olinda e ingressou na carreira política cearense de modo promissor, interrompendo-a quando os maus fados políticos e pessoais o forçaram a deixar o Ceará, em 1837. Retornando a Recife, exerceu a advoca-

cia e logo tornou-se conhecido como defensor dos pobres. Em 1853, com 47 anos de idade, trocou a toga pela batina. Sua “conversão” e ordenação revestiram-se de mistério. Um indício importante de sua devoção, entretanto, foi a decisão que tomou de mudar o nome de família, Pereira, para Maria, em homenagem à Virgem Mãe de Cristo, a quem se atribuía uma onda de milagres na França nos anos 1830, e cuja Imaculada Conceição se tornara, em 1854, dogma de fé, por decreto do pontífice romano.

Em 1862, a epidemia de cólera, que vitimou o pai de padre Cícero, levou o padre José Maria Ibiapina a regressar ao Ceará, onde a compaixão que demonstrara pelos pobres nos tribunais de Justiça podia, agora, ser empregada na causa de Deus. As autoridades da Igreja permitiram-lhe celebrar uma missa em Sobral, cidade localizada perto de onde ele nascera e assolada pela epidemia. Observa seu biógrafo, de modo curioso, que ele se tornou aí objeto de veneração popular e introduziu a “inovação de chamar todos os fiéis pelo Santíssimo Nome de Maria”. Em contrapartida, seus admiradores deixaram de “usar seus patronímicos e sobrenomes pelos quais eram conhecidos — que foram postos de lado — e colocaram antes de seus nomes de batismo o nome de Maria”. Ocorre, também, que Ibiapina começara a fundar uma congregação religiosa de freiras. No final do ano, recrutou moças da cidade, deu-lhes um hábito religioso e delas obteve um voto solene de trabalharem na Vinha do Senhor. A iniciativa, entretanto, ultrapassou os estreitos limites da licença que tivera para fazer pregações e foi considerada uma afronta à autoridade episcopal. Em janeiro de 1863, o bispo do Ceará foi pessoalmente a Sobral. Condenou, em público, as práticas instituídas por Ibiapina e, a despeito da solidariedade geral para com o missionário, ordenou sua saída imediata da diocese.²⁶

Ibiapina encaminhou-se para as terras secas do sertão nordestino. Lá, distante de seus superiores eclesiásticos, parecia obce-

cado pelo objetivo de recuperar o povo para a Igreja e fundar uma congregação de freiras que se dispusesse a ajudá-lo em sua tarefa. Nos dois decênios seguintes, até seu falecimento, em 1883, Ibiapina atravessou seis estados nordestinos. Por toda parte pregava com o entusiasmo de seus dias de Sobral. Por toda parte era recebido com veneração por ricos e pobres. O trabalho do missionário não deixou de lado as melhorias materiais. Mobilizou trabalhadores submissos e crédulos não apenas para a realização de reparos nas igrejas e nos cemitérios, mas também na construção de açudes e na abertura de poços e cacimbas, bem como no planejamento de novas estradas, melhorias essas que foram acolhidas com entusiasmo pelas elites do interior, desejosas, sobretudo depois de 1865, de aproveitar o surto de prosperidade que as exportações de algodão ainda lhes proporcionariam por mais cinco anos pelo menos.

Era esse o caso do Vale do Cariri, que recebeu duas visitas prolongadas de Ibiapina, de outubro de 1864 a fevereiro de 1865 e de julho de 1868 a junho de 1869. Foi durante essas duas estadas que Ibiapina construiu as casas de caridade dos quatro principais municípios do vale — Crato, Barbalha, Milagres e Missão Velha —, o que, para nossa história, constituiu seu legado mais duradouro.²⁷ Assim como as dezoito outras casas de caridade, que foram construídas em outros lugares do Nordeste árido, destinavam-se a servir, ao mesmo tempo, de escola para as filhas dos fazendeiros e comerciantes ricos, de orfanato para as crianças das classes mais pobres, de centro para a manufatura de tecidos baratos e, consoante a própria ambição de Ibiapina, de convento para sua congregação de freiras.²⁸ As elites do vale, cujas filhas seriam educadas nas casas de caridade, apoiaram com vivo interesse as iniciativas do missionário, doando terras e rendas às escolas dos conventos. Coube aos pobres dar, generosamente, seu trabalho, acreditando que Ibiapina, assim como frei Vitale no século XVIII, era um profeta, dotado do poder de fazer curas.

A capacidade ímpar de persuasão de Ibiapina só encontrava paralelo na originalidade da congregação feminina que ele fundou. Em primeiro lugar, muitas das mulheres que ingressavam nas “irmandades de caridade” e passavam a ter o título de beata vinham das classes baixas do interior brasileiro. Em segundo lugar, embora sem aprovação de Roma nem do bispado brasileiro, Ibiapina exigia que as beatas portassem um hábito e fizessem profissão de votos, como se sua congregação religiosa e sua vocação tivessem recebido aprovação canônica. Em terceiro lugar, cada casa, se bem que independente das outras, vivia de acordo com uma única “regra”, de autoria do missionário, regra essa que unia o trabalho físico às práticas de devoção.²⁹

O trabalho realizado por Ibiapina no vale teve, de fato, algo de extraordinário: fundou uma congregação religiosa de mulheres, talvez a primeira do Nordeste, a qual, a despeito de sua ilegalidade canônica, constituiria um precedente importante na tentativa das futuras gerações eclesiásticas do Cariri para estabelecer ordens religiosas genuinamente brasileiras. Com suas casas de caridade, ele difundiu, no interior, as primeiras instituições educacionais para mulheres.³⁰ Por fim, reuniu pobres e ricos no trabalho em comum pela glória de Deus e pelo progresso material do homem. O exemplo de Ibiapina seria lembrado pelos habitantes do Cariri, como veremos adiante, mas no tocante à hierarquia eclesiástica militante e igualmente devota não teve boa acolhida, tendo sido, na realidade, por ela contestado.

A “ROMANIZAÇÃO” DO CATOLICISMO BRASILEIRO

Em 1854, foi criada por Roma a diocese do Ceará, jurisdição eclesiástica que correspondia aos limites geográficos da província imperial. Em 1861, d. Luís Antônio dos Santos, natural da provín-

cia do Rio de Janeiro, foi nomeado primeiro bispo do Ceará.³¹ Não podia ser pior o estado da diocese. Com uma população estimada em 720 mil habitantes, possuía apenas 33 padres, dos quais mais de dois terços tinham, conforme se dizia, famílias constituídas e cujo prestígio entre os leigos havia atingido, em consequência, seu ponto mais baixo.³² Foi esse estado de coisas que levou à determinação drástica, da parte de d. Luís, de traçar os objetivos de uma política básica para a nova diocese. Tais objetivos, que seriam mais tarde incorporados por outros bispos militantes de mentalidade reformista, eram de duas ordens: 1) restaurar o prestígio da Igreja e a ortodoxia da sua fé, e 2) remodelar o clero, tornando-o exemplar e virtuoso, de modo que as práticas e as crenças religiosas do Brasil pudessem ficar de acordo com a fé católica, apostólica e romana de que a Europa se fazia então estandarte. Ou seja, d. Luís procurava inaugurar uma nova era na qual a Igreja e seu clero liderariam a substituição do “catolicismo colonial” do Brasil pelo “catolicismo universalista” de Roma, com toda a rigidez hierárquica, moral e doutrinária que tal transição implicava. Desse modo, ele foi o precursor do trabalho desenvolvido, a longo termo, pela hierarquia no sentido de “romanizar” o catolicismo brasileiro.³³

Pouco tempo após sua chegada ao Ceará, d. Luís encetou a tarefa de fundar o primeiro seminário da diocese, principal passo no sentido da “romanização” da Igreja Católica no Brasil. Antigo aluno dos padres lazaristas franceses do Seminário de Mariana, em Minas Gerais, o bispo convidou os sucessores de seus mestres a montar e dirigir o novo empreendimento. Em 1864, chegou a Fortaleza o padre Pierre Chevallier, acompanhado de um pequeno grupo de compatriotas franceses.³⁴ Uma vez nomeado reitor, o padre Chevallier e seus colegas iniciaram a árdua tarefa de formar novos e zelosos padres brasileiros para salvação das almas do Ceará. Conseguiram os lazaristas, em 1867, ordenar a primeira

turma, constituída de doze padres obedientes, piedosos e diligentes, mas a imposição de padrões europeus aos discípulos nordestinos provocaria, mais tarde, dissensões dentro do seminário.

A obediência era um fator essencial para o sucesso das reformas de d. Luís. Por esse motivo, não toleraria o bispo qualquer provocação do padre Ibiapina, que, em 1863, havia sido mandado embora de Sobral. Em 1869, informações provenientes do Cariri levaram o bispo a tomar novas providências contra o famoso missionário. Ibiapina, ao que parece, tornara-se objeto de veneração popular. Durante sua missão em Barbalha, naquele ano, havia aconselhado uma mulher doente, que lhe implorara uma cura, a banhar-se na fonte de Caldas, localizada fora da cidade. Quando a mulher, três dias depois, regressou curada a Barbalha, Ibiapina foi saudado como “milagreiro”. Em sinal de agradecimento, o povo no local da cura erigiu uma capela a Bom Jesus dos Pecadores. Pouco depois, tornaram-se comuns e frequentes as romarias a esse e outros lugares do vale onde já tinham ocorrido episódios semelhantes.³⁵ O assunto teria passado despercebido, caso um jornal do Crato não tivesse feito a publicidade de Ibiapina. Dirigido por José Joaquim Telles Marrocos, primo de padre Cícero, o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, que fora fundado para incentivar a participação popular na obra de Ibiapina, passou a publicar com frequência notícias das curas “milagrosas” atribuídas ao missionário.³⁶ Em julho de 1869, cinco meses depois de terem aparecido os artigos de *A Voz*, d. Luís ordenou que cessasse todo e qualquer trabalho missionário no interior. Embora não se referisse a Ibiapina pelo nome, o bispo devia tê-lo em mente quando escreveu, no decreto, que as missões do interior haviam provocado “não poucos inconvenientes, com detrimento da disciplina eclesiástica e daquela paz e harmonia que deve[m] reinar entre o próprio pastor e o rebanho”.³⁷ Ibiapina partiu do Cariri, mas seu legado continuou a irritar o bispo “romanizado”.

Em setembro de 1872, apenas decorridos cinco meses da chegada de padre Cícero a Joaseiro, d. Luís foi ao Crato. Ao que tudo indicava, tratava-se de uma visita pastoral, a segunda que fazia à região. Um dos principais objetivos, entretanto, era pôr as casas de caridade sob o controle episcopal. Depois de terem tantos ilustres cidadãos do vale contribuído para a construção das casas, era de todo impossível suprimi-las. Não tendo qualquer intenção de conceder aprovação canônica à peculiar organização de beatas, ele procurou de toda forma restringir-lhes os excessos espirituais. Não apenas eram as piedosas mulheres profundamente devotas do Sagrado Coração de Jesus — como, aliás, o próprio d. Luís também o era —, mas, segundo se dizia, eram também devotas de Ibiapina, a quem louvavam em suas rezas e em suas obras de caridade como profeta e curador de males.³⁸ O desvio da ortodoxia e a falta de instrução teológica formal por parte das beatas eram prejudiciais a uma Igreja romanizada.³⁹ Por esse motivo e, também, a fim de assegurar o controle episcopal sobre o vale, d. Luís, ao que parece, pediu a Ibiapina que renunciasse à direção das casas de caridade. Tal suposição é confirmada em carta que Ibiapina escreveu à madre superiora da Casa do Crato, em setembro de 1872, logo após a chegada de d. Luís.⁴⁰ Na carta de despedida, compromete-se o missionário a nunca mais voltar ao vale. Aos adeptos dedicados das casas do Cariri, que preferiram não o acompanhar até a Paraíba, recomendou submissão total ao bispo. Depois dessa vitória, d. Luís colocou de imediato as quatro casas de caridade do vale sob a jurisdição direta de seus sacerdotes, alguns dos quais eram da própria região e estavam entre os vinte ou mais clérigos zelosos ordenados em Fortaleza. Acreditava o bispo que, dali em diante, prevaleceria a ortodoxia na região, embora não pudesse adivinhar que até mesmo seus diligentes padres eram admiradores de Ibiapina e levavam a sério a profecia do missionário segundo a qual Deus nada faria contra

seu povo enquanto existissem as casas de caridade. Compreende-se, então, o quanto as beatas do Cariri e seus novos diretores pertencentes ao clero reformista e ardoroso chegariam a desempenhar um papel importante no milagre de Joaseiro.

A visita de d. Luís ao Crato teve ainda um segundo objetivo: fundar um seminário menor no Crato, a “Pérola do Cariri”.⁴¹ No momento em que as atividades de Ibiapina não mais poderiam desviar energias, recursos e boa vontade dos cidadãos eminentes do vale, melhoravam as perspectivas para a instalação de um seminário no interior. Dizia-se que padre Cícero, que era admirado por d. Luís a ponto de ter sido por ele ordenado, apesar das dúvidas do padre Chevallier, tudo fez, junto a seu bispo, para apressar o projeto do seminário.⁴² Além do mais, a própria região era relativamente próspera e tanto os comerciantes locais como os fazendeiros defendiam com entusiasmo o estabelecimento no Crato de um internato de educação secundária. Em 1874 e 1875, ergueram-se as fundações de um seminário menor no alto de um morro com vista para a cidade, em terreno que fora doado à Igreja pelo padrinho de padre Cícero, coronel Antônio Luís Filho. Dizia-se que o próprio padre Cícero enviara algumas centenas de trabalhadores de Joaseiro para a construção do prédio.⁴³ Daí por diante, a vida do seminário foi difícil. A seca de 1877-1879 levou-o, entre outras consequências, a fechar suas portas. Foi reaberto, todavia, em 1888, um ano antes do milagre em Joaseiro. Por ser uma das duas únicas escolas de formação de toda a província, excluindo-se o Seminário de Fortaleza, tornou-se uma instituição muito prestigiada, assegurando ao Crato monopólio da instrução em todo o vale. Ressalte-se, ainda, o fato de que seu reitor tivera sempre a reputação de ser um homem de conhecimento e distinção; em 1888, esse cargo foi atribuído a monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, parente distante de padre Cícero, amigo de infância e sacerdote recém-ordenado. Coube-lhe, também, desempenhar um dos papéis principais nos acontecimentos de 1889.